



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ITAIPÓ – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER CFO

Projeto de Lei nº 057/2025 – Executivo

Autoria: Prefeito Municipal

Relatora: Vereadora Sidineia de Oliveira Knupp

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 057/2025 tem como escopo autorizar a concessão anual, no mês de dezembro, de um benefício natalino aos servidores públicos ativos do Município, incluindo servidores efetivos, comissionados, temporários, estagiários e beneficiários do programa Frente de Trabalho, mediante entrega de cesta/kit ou pagamento em pecúnia, até o valor de R\$ 230,00, com atualização pelo IPCA.

II – ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

a) Estimativa de Impacto Orçamentário

Conforme documento técnico elaborado pelo Departamento de Contabilidade e Prestação de Contas, a estimativa de despesa para o exercício de 2025 é de R\$ 153.180,00, considerando a base atual de 666 servidores ativos. A proposta prevê que os recursos necessários para esse exercício sejam alocados por meio de crédito especial, e que para os anos seguintes haja previsão no PPA, LDO e LOA.

b) Conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal

A proposta cumpre o disposto no art. 16, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), ao apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro. A concessão está condicionada à existência de dotação



orçamentária, em respeito ao art. 17 da LRF, e não compromete os limites legais com pessoal, uma vez que não se trata de despesa obrigatória de caráter permanente, tampouco remuneração.

c) Compatibilidade com os Instrumentos de Planejamento

A previsão de inclusão do benefício nos instrumentos orçamentários futuros demonstra conformidade com os princípios da programação orçamentária e do equilíbrio fiscal, conforme o art. 4º da LRF.

III – CONCLUSÃO DA RELATORA

Considerando o cumprimento das exigências legais, a existência de estimativa de impacto financeiro e a compatibilidade com os limites orçamentários e fiscais, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 057/2025 – Executivo.

São João do Ivaí, 22 de agosto de 2025.


Sidineia de Oliveira Knupp

Relatora da Comissão de Finanças e Orçamento



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento, reunida nesta data, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 057/2025 – Executivo, por entender que a proposta observa os princípios da responsabilidade fiscal, apresenta viabilidade financeira e atende aos critérios legais de planejamento orçamentário.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2025.


Thiago Henrique Carlos da Silva
Presidente


Sidineia de Oliveira Knupp
Relatora


Edgar Santos de Carvalho
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER CJR

Projeto de Lei nº 057/2025 – Executivo

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 057/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, propõe a autorização para a concessão anual de um benefício natalino, na forma de cesta/kit ou pecúnia, a todos os servidores públicos ativos do Município, incluindo ocupantes de cargos efetivos, comissionados, contratados temporariamente, estagiários e integrantes do programa Frente de Trabalho.

O valor do benefício poderá alcançar até R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), com atualização anual por índice oficial, cabendo à gestão municipal a definição da forma de concessão (cesta/kit ou pecúnia). O projeto define claramente que o benefício tem caráter indenizatório, não integrando a remuneração para fins legais.

II – ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA

a) Competência e Iniciativa

A matéria se insere no campo da organização administrativa e da política de valorização do servidor público municipal. A Constituição Federal, em seu art. 30, I e II, confere ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para dispor sobre sua organização. A iniciativa do projeto é legítima e privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, §1º, II, da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal.



b) Constitucionalidade e Legalidade

O projeto respeita os limites constitucionais ao prever um benefício de natureza indenizatória, desvinculado de caráter remuneratório, afastando-se dos efeitos sobre encargos trabalhistas, previdenciários e tributários. Isso atende aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade, conforme preconiza o art. 37 da Constituição da República.

Além disso, o projeto resguarda a legalidade ao prever exceções à concessão, como nos casos de servidores afastados sem vencimentos, cedidos sem ônus ou em licença sem remuneração, o que impede a extensão indevida do benefício.

c) Juridicidade

A medida está conforme os princípios do Direito Administrativo e da moralidade pública, por reconhecer o esforço funcional sem criar vínculo salarial ou obrigações permanentes. A concessão em caráter discricionário, com base em critérios objetivos e sob a gestão do Executivo, garante a impessoalidade e a legalidade do ato.

Sugere-se que, em regulamento posterior, a administração defina os critérios operacionais para a escolha entre cesta/kit ou pecúnia, a fim de evitar eventuais questionamentos administrativos.

d) Técnica Legislativa

O texto apresenta estrutura compatível com os preceitos da Lei Complementar nº 95/1998, com ementa clara, dispositivos normativos precisos e cláusula de vigência adequada. A técnica redacional adotada está de acordo com as normas de elaboração legislativa.



III - CONCLUSÃO DO RELATOR

Diante do exposto, entendo que o Projeto de Lei nº 057/2025 - Executivo apresenta-se formal e materialmente constitucional, legal e juridicamente adequado, atendendo aos requisitos técnicos de redação legislativa, estando apto à regular tramitação e aprovação.

São João do Ivaí, 25 de agosto de 2025.

Assinatura manuscrita em azul de Thiago Henrique Carlos da Silva.

Thiago Henrique Carlos da Silva
Relator da Comissão de Justiça e Redação



PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Justiça e Redação, reunida nesta data, acompanhando o parecer do relator, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 057/2025 – Executivo, por considerá-lo compatível com os dispositivos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2025.


Joaquim Henrique da Cunha Silvério
Presidente


Thiago Henrique Carlos da Silva
Relator


Astalair Tiba Monteiro
Membro